

CAPÍTULO 2

A “guerra fria” do Médio Oriente: hegemonia, opressão e resistência

A primazia da liderança regional saudita e a resistência ideológica iraniana

Heloah Pereira Carvalhaes

doi 10.56365/xne4kx31

Introdução

A região do Golfo Pérsico/Arábico detém cerca de dois terços das reservas mundiais de petróleo. Por isso, o jogo de soma zero deve ser analisado de forma a evidenciar o que entra em risco a partir das disputas locais: não se trata apenas de uma questão diplomática focada na disputa pela hegemonia, mas de um fator capaz de desestabilizar toda a economia mundial. A raiz desse conflito moderno nasce das cinzas de impérios antigos[1] e, sobretudo, da intervenção ocidental nas dinâmicas regionais.

Ao final da Primeira Guerra Mundial, com a dissolução do Império Otomano, potências como a Grã-Bretanha e a França assumiram o controle da região e redesenharam a política externa desses atores conforme seus interesses comerciais, buscando deter o controle total das reservas petrolíferas. Após a Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos entravam em cena. Com o Império Britânico exaurido, assim como grande parte da Europa ocidental, o Plano Marshall[2] permitiu que Washington assumisse o papel de potência principal no Golfo. Com isso, o petróleo seria a fonte inesgotável e barata de energia que sustentaria os empréstimos americanos destinados a Europa naquele momento. Ademais, vale lembrar que era de interesse prioritário dos americanos que essa estratégia funcionasse como barreira à expansão da influência soviética na região, pelo contexto da Guerra Fria.

Nos anos 1950, o Irã buscou sua emancipação sob a liderança de Mohammad Mossadegh, que nacionalizou a indústria petrolífera do país em 1951. Para os interesses de Washington, este passo representou um revés estratégico, visto que a afronta veio de um de seus aliados mais rentáveis. Com isto, a resposta americana chegou dois anos depois através da Operação AJAX (1953)[3], um golpe que depôs Mossadegh e entregou estrategicamente o poder absoluto ao Xá Mohammad Reza Pahlavi, garantindo a influência ocidental na política e economia iraniana por décadas. Contudo, a insatisfação popular e o sentimento nacionalista democrático cresceu nas mesquitas — os únicos espaços de resistência à implacável polícia secreta SAVAK[4] —, criando assim uma aliança improvável entre esquerdistas, liberais e clérigos conservadores, o que culmonou na Revolução Iraniana de 1979. Teerã então emerge como uma República Islâmica teocrática e antiocidental, rompendo com Washington e inaugurando um abismo ideológico frente à

[1] Refere-se ao Império Otomano, cuja dissolução após a Primeira Guerra permitiu o redesenho das fronteiras regionais conforme interesses europeus. Inclui também o Império Persa, do qual o Irã é herdeiro e que estabeleceu a identidade xiita como contraponto ao sunismo otomano ainda no século XVI (Costa, 2015; Martins, 2020).

[2] Oficialmente Programa de Recuperação Europeia, foi uma iniciativa dos EUA (1947) para reconstruir a Europa ocidental pós-Segunda Guerra e conter a influência soviética. O petróleo do Golfo foi peça-chave para fornecer a energia barata necessária ao crescimento financiado pelos capitais americanos (Traumann; Maros, 2016).

[3] Ação conjunta da CIA e do MI6 em 1953 para depor o primeiro-ministro Mohammad Mossadegh após a nacionalização da indústria petrolífera. O golpe restaurou o poder absoluto ao Xá Mohammad Reza Pahlavi, garantindo a influência ocidental no Irã por décadas (Kamrava, 2005).

[4] Polícia secreta criada pelo Xá em 1957 para suprimir a oposição política. Sua repressão implacável forçou a dissidência a organizar-se dentro das estruturas religiosas das mesquitas, que se tornaram os centros da Revolução de 1979 (Baldasso; Santo, 2017).

Arábia Saudita. Essa quebra deu protagonismo à divisão histórica entre xiitas e sunitas[5], instrumentalizada para a política externa desses atores.

Enquanto o Irã se projetava como líder da vertente xiita, formava-se o 'Crescente Xiita': uma esfera de influência política e militar que liga Teerã ao Mediterrâneo, alcançando Iêmen, Iraque, Síria e Líbano. Em resposta, a Arábia Saudita liderou a criação do Conselho de Cooperação do Golfo (CCG) em 1981 — um bloco de segurança coletiva para conter a ameaça iraniana —, unindo forças militares. Embora a tática se mostrou bastante promissora, Riade sabia que blindar suas fronteiras com armas ocidentais não seria suficiente contra uma ameaça que viajava em forma de religião. Sendo assim, para além das armas, Riade utilizou petrodólares da Aramco[6] para exportar o wahhabismo — uma doutrina sunita ultraconservadora —, financiando a construção de mesquitas e escolas por todo o mundo, enviando também clérigos treinados da doutrina, a fim de estabelecer uma supremacia religiosa e política para conter a mensagem revolucionária de Teerã.

Décadas mais tarde, no decorrer dos anos 2010, entra em cena o chamado 'Momento do Golfo' - fenômeno que representa a ascensão e a resiliência das monarquias árabes lideradas pela Arábia Saudita que, ancoradas em vastas reservas de petróleo e uma robusta estabilidade política pós-Primavera Árabe, projetam-se como polos de vitalidade regional. Mais do que crescimento econômico, o "Momento do Golfo" reafirma a primazia saudita, utilizando poder financeiro e alianças estratégicas para moldar a política do tempo presente.

Por fim, o presente capítulo busca ilustrar este cenário de 'Guerra Fria' no Médio Oriente, que atualmente atravessa um período de transição estratégica. De um lado, a Arábia Saudita sustenta seu imperialismo regional através da hegemonia financeira, do apoio militar externo e da necessidade de estabilidade para o sucesso da Vision 2030[7] — o ambicioso plano de diversificação econômica e modernização social que visa a sobrevivência saudita frente ao fim da era do petróleo. Do outro, o Irã organiza sua resistência ideológica por meio da coesão do 'Crescente Xiita', de redes de milícias

[5] Divisão iniciada em 632 sobre a sucessão do profeta Maomé: sunitas defendem a liderança por preceitos, enquanto xiitas exigem a linhagem familiar. Após 1979, o Irã assumiu a liderança global da vertente xiita em oposição à Arábia Saudita (Marques, 2015; Martins, 2020).

[6] Companhia estatal saudita cujos lucros (petrodólares) sustentam a economia do Reino e financiam a projeção de sua influência política e a exportação da doutrina wahhabita no exterior (Kamrava, 2005).

[7] Saudi Vision 2030: Trata-se do plano estratégico de transformação nacional da Arábia Saudita, lançado em 2016 pelo Príncipe Herdeiro Mohammed bin Salman. O objetivo central é converter o modelo de "Estado rentista" — excessivamente dependente das exportações de petróleo — em uma economia diversificada, sustentável e competitiva globalmente. O plano está estruturado em três pilares: 1. "Nação Ambiciosa", focado na modernização da administração pública, transparência e combate rigoroso à corrupção; 2. "Economia Próspera", que visa o crescimento do setor privado, investimentos em tecnologia e a ampliação da participação feminina na força de trabalho; e 3. "Sociedade Vibrante", voltado para o fortalecimento da identidade nacional, cultura e qualidade de vida. Academicamente, observa-se que a Vision 2030 é o motor da atual política externa saudita, pois o Reino reconhece que o sucesso das reformas econômicas depende estritamente da estabilidade e segurança regional, o que justifica os recentes esforços diplomáticos de "regional reset" para reduzir conflitos diretos e custos militares (Alves, 2018; Kamrava, 2025).

e do avanço de seu programa nuclear como barreira de soberania. Embora a normalização diplomática de 2023 sugira um 'reset' nas relações entre os Estados, a disputa permanece viva nas raízes identitárias e na insegurança ontológica de ambos os regimes. É uma disputa inteligente, mas com um custo humano ainda incalculável.

O Eixo da opressão: regimes e minorias

A manutenção de poder no Golfo está inerentemente ligada à gestão de identidades e à repressão de divergências que possam ameaçar a legitimidade dos regimes. Desde a fundação do Reino em 1932, a Arábia Saudita consolidou uma política de opressão sistemática contra as comunidades xiitas em seu território. Essa minoria, concentrada majoritariamente nas províncias do norte[8] — região que abriga as maiores reservas de petróleo do país — vive sob condições de marginalização econômica e restrições severas às suas manifestações ideológicas e religiosas.

Historicamente, o discurso sectário marcado pela intolerência e rigidez ideológica tem sido instrumentalizado como uma arma poderosa para desviar a atenção internacional e doméstica da falta de democracia nas monarquias árabes – tais como Emirados Árabes Unidos, Kuwait, Catar, Omã, Bahrein e, evidentemente, a Arábia Saudita. Ao rotular qualquer reivindicação por direitos civis como parte de uma conspiração do "Crescente Xiita" orquestrada por Teerã, Riade consegue sustentar essa cortina de fumaça justificando a repressão em nome da segurança nacional. Esse fenômeno é descrito contemporaneamente como uma busca por "segurança ontológica"[9], onde o ator utiliza a rivalidade externa — muitas vezes até fabricando inimigos fictícios — para estabilizar inseguranças internas ligadas à narrativa do regime.

O caso do Bahrein em 2011 ilustra perfeitamente a regionalização dessa opressão. Durante a Primavera Árabe — onda de protestos e revoltas motivada por demandas por liberdade civil, justiça social e reformas políticas contra regimes autoritários — a maioria xiita bahreinita levantou-se contra a monarquia sunita, um movimento que foi imediatamente enquadrado como uma ameaça existencial influenciada pelo Irã.

> Com as declarações de apoio vindas do Irã em favor do "despertar islâmico", grupos de oposição no Bahrein começaram a protestar em 14 de fevereiro de 2011. Suas exigências incluíam mais liberdades, reformas, eleições livres e justas e a libertação de prisioneiros. O movimento logo se espalhou por todo o Bahrein, transformando-se em uma revolta contra o regime, um desafio formidável para

[8] Refere-se à província de *Ash-Sharqiyah*, onde se concentra a maior parte da população xiita e as principais jazidas de petróleo da Arábia Saudita. A marginalização socioeconômica desta área, apesar de sua riqueza mineral, é um dos principais pontos de tensão interna e contestação ao regime saudita (Costa, 2018).

[9] Refere-se à busca do Estado por uma autoidentidade estável. No Golfo, os regimes utilizam a rivalidade externa para estabilizar ansiedades internas sobre sua própria legitimidade (Kamrava, 2025; Albarasneh, 2025).

> a vizinha Arábia Saudita, que temia que isso pudesse ter um efeito de transbordamento (*spillover*) em sua própria Província Oriental, rica em recursos. Assim, a Arábia Saudita reagiu de forma rápida e profunda. No início, manipulou os sentimentos da população sunita do Bahrein contra as revoltas e, em seguida, invocando uma cláusula de segurança do CCG, interveio militarmente (Mirza, 2021, p. 4, tradução nossa).

A resposta foi a intervenção militar da *Al-Jazeera Shield Force*[10], liderada pela Arábia Saudita, para restaurar a ordem e preservar o status quo monárquico, demonstrando que a estabilidade das monarquias do CCG depende da contenção de mobilizações identitárias que fogem ao seu controle.

Na última década, essa dinâmica de controle sofreu uma transformação centralizadora sob a figura do príncipe herdeiro Mohammed bin Salman. Sua ascensão marcou a desestruturação do "Estado profundo" saudita — um sistema anteriormente baseado no consenso entre príncipes influentes — para dar lugar a um governo de um homem só. Episódios como o confinamento de membros das elites no hotel Ritz-Carlton[11] em 2017 evidenciam que a opressão também se voltou para dentro da própria família real, garantindo que o Estado permanecesse dependente exclusivamente dos caprichos e desejos de seu mais novo monarca.

Portanto, o "Eixo da Opressão" revela-se como o alicerce da hegemonia regional, onde a repressão a minorias domésticas e a centralização absoluta do poder são fatores condicionantes para que a Arábia Saudita se projete como uma potência regional assertiva e capaz de ditar os rumos da Vision 2030.

O Islã Político e o Anti-imperialismo

Enquanto a Arábia Saudita mantém sua liderança na estabilidade financeira, a República Islâmica do Irã articula sua estratégia regional através de uma narrativa de resistência ideológica. Desde a Revolução de 1979, o país rompeu com o alinhamento pró-ocidental para adotar uma política de autossuficiência e defesa da identidade nacional muçulmana. Para Teerã, a presença militar e política dos Estados Unidos no Golfo não representa proteção, mas um cerco hostil que exige o desenvolvimento de mecanismos de contenção assimétricos. A partir de então, Teerã focou na mobilização de comunidades xiitas oprimidas para desafiar a ordem regional estabelecida pelas monarquias e pela influência americana.

[10] Força militar conjunta do Conselho de Cooperação do Golfo (CCG), criada em 1982 e utilizada na intervenção no Bahrein (2011) para preservar o status quo monárquico frente a mobilizações populares (Oliveira, 2013).

[11] Evento que ficou conhecido como a "Noite das Facas Longas" em que membros da elite saudita foram detidos em Riade, resultando no desmantelamento do sistema de consenso da família real, pois seus membros e príncipes influentes controlavam diversas instituições do Estado, sistema de liderança no qual Mohammed bin Salman buscou extinguir para centralizar sua autoridade. Ao deter e encarcerar membros da elite, a ação resultou na consolidação de seu poder absoluto, tornando a política do Reino dependente apenas de suas vontades e desejos. Aqueles que não foram presos acabaram sendo politicamente marginalizados, garantindo que a política saudita passasse a gravitar em torno de um único líder (Kamrava, 2025).

A estratégia de contenção assimétrica do Irã se mostrou extremamente efetiva em termos de custos. Ao contrário do que compõe o poder de dissuasão convencional de países como os EUA (caríssimos sistemas de defesa antímissil, frotas navais gigantescas e quipamentos de altíssima tecnologia), o Irã transporta componentes de baixo custo de drones comerciais para suas milícias espalhadas pelo Golfo. Tais equipamentos custam apenas poucos milhares de dólares em vista de um único porta-aviões americano que custa mais de dez bilhões de dólares só pra ser construído. E, com isso, o Irã consegue atacar refinarias bilionárias na Arábia Saudita, por exemplo. Para além do custo-benefício, a vantagem consiste em conseguir projetar um medo que paralise os adversários gastando apenas uma pequena fração do que gastaria se escolhesse criar e manter um exército convencional avançado.

O conceito de "Crescente Xiita", embora frequentemente utilizado por Riade como um alerta de ameaça, é ressignificado por Teerã como um pilar de defesa e autonomia. Esta rede de influência, que se estende do Iêmen ao Líbano, permite que o Irã projete poder para além de suas fronteiras, utilizando o apoio a grupos como o Hezbollah[12] e os Houthis[13] como uma forma de retaliação antecipada contra ataques ao seu próprio território. Sob a ótica da segurança ontológica, essa rede não serve apenas para fins militares, mas para validar a identidade revolucionária do regime perante as massas oprimidas do Médio Oriente.

A busca pela autonomia tecnológica, materializada através do programa nuclear, é outro pilar fundamental dessa resistência. Para os iranianos, o direito ao enriquecimento de urânio é uma questão de orgulho nacional e uma barreira contra o que consideram o "imperialismo ocidental", este que tenta ditar o nível de desenvolvimento dos países islâmicos. Mesmo sob severas sanções internacionais, o Irã demonstrou resiliência, utilizando o avanço técnico como ferramenta de barganha e reafirmação de sua posição como uma potência média tecnológica no Golfo.

O grande divisor de águas estrutural ocorreu em 2003, com a invasão do Iraque liderada pelos EUA e a queda de Saddam Hussein. Este evento eliminou o principal contrapeso regional ao Irã, criando uma lacuna de poder que permitiu a expansão da influência iraniana no Iraque, na Síria e no Líbano. Essa expansão foi operacionalizada por meio da estratégia de "defesa avançada", utilizando o Eixo da Resistência para projetar poder e manter conflitos longe do solo iraniano. A defesa consistia em "terceirizar" as linhas de frente: armando, treinando e financiando as milícias estrangeiras e uma rede de atores não estatais – cerca de dezesseis bilhões de dólares foram investidos entre 2012 e 2020.

[12] Organização xiita libanesa fundada em 1982 que atua como peça central do "Eixo de Resistência". É treinada, equipada e doutrinada pela República Islâmica do Irã, funcionando como uma ferramenta de dissuasão regional e retaliação estratégica em defesa dos interesses iranianos (Lindemann, 2010; Roberto; Visentini, 2015).

[13] Grupo revolucionário xiita (vertente zaydita) do Iêmen que ascendeu ao poder em Sanaa em 2015. Recebe apoio assimétrico do Irã em uma guerra de procuração (proxy war) contra a Arábia Saudita e utiliza táticas de guerrilha e ataques estratégicos no Mar Vermelho para desafiar a segurança regional (Juneau, 2020).

A tensão atingiu um novo patamar em 2011, com a Primavera Árabe. Enquanto o Irã enquadrava os levantes como um "despertar islâmico", a Arábia Saudita os interpretou como uma ameaça existencial à sua estabilidade. O conflito tornou-se abertamente regionalizado com a ascensão dos Houthis no Iêmen em 2015, levando à intervenção militar saudita e transformando o país em um sangrento teatro de guerra por procuração (*proxy war*).

No ano seguinte, a crise diplomática atingiu seu ápice em janeiro de 2016, iniciando um hiato de sete anos nas relações. O estopim foi a execução do clérigo xiita Nimr al-Nimr pela Arábia Saudita – mesmo sendo de nacionalidade saudita, o mesmo criticava o tratamento dispensado pelo Reino à sua minoria xiita, o que desencadeou ataques de manifestantes à embaixada saudita em Teerã e culminou no rompimento total das relações diplomáticas. Nesse período de silêncio, o cenário foi agravado pela retirada unilateral dos EUA no acordo nuclear (P5+1)[14] em 2018 e por ataques estratégicos a infraestruturas de petróleo sauditas em 2019, que abalaram a confiança de Riade na proteção americana.

O cenário atual é fruto do "reset" diplomático de março de 2023, mediado pela China, onde houve um acordo de reaproximação entre a Arábia Saudita e o Irã — oficialmente denominado Declaração Conjunta Trilateral — que foi assinada em Pequim, marcando o início do processo de restauração dos laços diplomáticos que estavam rompidos. A escolha da China como mediadora surpreendeu observadores internacionais e simbolizou uma mudança na política externa saudita, fazendo com que este movimento refletisse uma busca por novas estratégias e uma diversificação de sua diplomacia, motivada pela crescente incerteza de Riade quanto à confiabilidade dos EUA como parceiro de segurança de longo prazo. Ademais, movida pela necessidade de estabilidade para o plano Vision 2030, a Arábia Saudita buscou uma "pausa tática" na rivalidade, enquanto o Irã utilizou a normalização das relações para romper seu isolamento. Essa nova fase é marcada pela busca por autonomia estratégica, com o Irã integrando-se formalmente a blocos como o BRICS[15] e a Organização de Cooperação de Xangai[16], tentando neutralizar o isolamento econômico e reduzir a dependência das estruturas financeiras controladas pelo ocidente. No entanto, apesar deste "reset" diplomático, Teerã permanece fiel à sua estratégia de dissuasão, mantendo o apoio a atores não estatais como garantia de que sua voz continuará a ser ouvida na nova arquitetura de segurança regional.

[14] Grupo formado pelos cinco membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU (China, EUA, França, Reino Unido e Rússia) mais a Alemanha, que negociou o Plano de Ação Integral Conjunto (JCPOA) com o Irã em 2015 (Fonseca, 2018, Acordo Nuclear entre Irã e grupo 5+1).

[15] Bloco econômico originalmente composto por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul. O ingresso oficial do Irã em janeiro de 2024 simboliza uma estratégia de autonomia para mitigar o isolamento econômico ocidental e aprofundar laços com potências emergentes do Sul Global (Kamrava, 2025).

[16] Organização política, econômica e de segurança euroasiática. O ingresso pleno do Irã como membro em julho de 2023 consolidou a política de "Olhar para o Leste" de Teerã, fortalecendo a cooperação militar e diplomática com China e Rússia (Kamrava, 2025).

O golpe mais severo à estratégia iraniana ocorreu em dezembro de 2024, com o colapso do regime de Bashar al-Assad na Síria (derrubado por rebeldes islâmicos sunitas), extinguindo o único Estado árabe oficialmente alinhado ao Irã. Para Teerã, a queda de Damasco representou a perda de um corredor físico vital que conectava o país aos seus aliados no Levante[17], cortando drasticamente as rotas terrestres de suprimento de armas e financiamento para o Hezbollah. Além do isolamento geopolítico, o impacto econômico foi devastador: o regime sírio acumulava uma dívida estimada em mais de 30 bilhões de dólares com o Irã, que também foi forçado a abandonar vastos investimentos em infraestrutura, locais religiosos e instalações militares estratégicas. Com o vácuo de poder sendo rapidamente preenchido por atores como Turquia e Israel, a retração iraniana evidenciou que a manutenção do 'Eixo da Resistência' atingiu um limite de insustentabilidade financeira, consolidando a percepção de que a sobrevivência do regime em 2025 dependeria de uma reorientação diplomática e da redução de tensões com o bloco liderado pela Arábia Saudita – o CCG. Atualmente, sob a gestão da ala conservadora consolidada em 2021 e as diretrizes de 2025, o Irã tem buscado equilibrar sua postura de confronto com as políticas de "olhar para o Leste" (Look East)[18] e de boa vizinhança.

[17] Região geopolítica situada no Mediterrâneo Oriental que engloba territórios como a Síria, o Líbano e as áreas palestinas. No contexto da segurança regional, o território sírio é descrito como um corredor físico vital que permite a ligação terrestre do Irã com seus aliados e grupos de procuração (*proxies*) estabelecidos nesta zona costeira, especificamente o Hezbollah libanês e grupos militantes palestinos (Rudin, 2025).

[18] Diretriz de política externa iraniana que prioriza o aprofundamento de laços econômicos, diplomáticos e militares com potências não ocidentais, especificamente China, Rússia e Índia. Essa estratégia visa mitigar o isolamento internacional causado por sanções ocidentais e consolidar a posição do Irã em novas arquiteturas de poder, como a Organização de Cooperação de Xangai e o bloco BRICS (Kamrava, 2025).

A "Guerra Fria do Médio Oriente"

A arquitetura de segurança do Golfo Pérsico atravessa atualmente um período de transição profunda, caracterizado por uma complexa interação entre pressões sistêmicas e a agência das elites políticas locais. Esta "Guerra Fria" regional não deve ser vista apenas como um subproduto de divergências religiosas, mas como um sistema de conflito estruturalmente enraizado em inseguranças ontológicas e em uma contestação permanente sobre a visão da ordem regional. O cenário contemporâneo é moldado pela competição entre duas potências médias assertivas — Arábia Saudita e Irã — que buscam transformar sua capacidade material em influência real sobre o balanço de poder, operando simultaneamente nos níveis estatal, subestatal e simbólico.

Nesse sistema, a presença dos Estados Unidos permanece como o fator determinante do equilíbrio mesmo após a atuação da China como mediadora das relações, operando o que se denomina "império informal" pois ainda há uma hegemonia residual dos americanos no território — Washington ainda fornece as armas e inteligência militar. Através da chamada "estratégia dos emirados", Washington garante proteção militar às monarquias árabes — especialmente Estados menores como Catar, Bahrein e Kuwait — em troca de fluxos energéticos estáveis e da manutenção da ordem liberal. Contudo, a confiança nessa

parceria foi abalada por eventos como a retirada de Cabul em 2021 e a percepção de desengajamento americano. Neste último, a intervenção militar dos Estados Unidos no Afeganistão ocorreu no contexto da luta contra o terrorismo internacional após os atentados de 11 de setembro de 2001. O americanos finalizaram a retirada de suas tropas de Cabul após duas décadas de estadia no país. O vácuo deixado pela saída das tropas permitiu o retorno do Talibã[19]. Sendo assim, para as monarquias do Golfo Pérsico, a retirada de Cabul gerou uma incerteza diplomática que levou países como a Arábia Saudita a diversificarem suas alianças, aproximando-se também da China, pois o evento simbolizou que os EUA poderiam subtamente abandonar seus parceiros quando lhes convém. Ademais, sob a Doutrina Biden, os EUA adotam um realismo pragmático que prioriza a contenção tecnológica da China e do programa nuclear iraniano, ao passo que as potências do Golfo diversificam sua diplomacia com Pequim e Moscou.

Para a Arábia Saudita, essa nova fase de "Guerra Fria" inteligente exige que o Reino se projete como uma potência média estabilizadora. O Príncipe Herdeiro Mohammed bin Salman parece ter compreendido que o sucesso da Vision 2030 é incompatível com conflitos regionais de alto custo. Assim, a política externa saudita recalibrou-se para priorizar o soft power e a redução tática de tensões, buscando garantir um ambiente seguro para atrair investimentos estrangeiros necessários aos seus projetos de infraestrutura e turismo, pois a partir de então o foco seria não depender exclusivamente da segurança energética para sustentar suas economias. No entanto, a centralização absoluta do poder em Riade torna o sistema dependente dos interesses do monarca, mantendo uma imprevisibilidade latente na condução da segurança regional.

Do outro lado do Golfo, o Irã consolidou, a partir de 2021, uma uniformidade faccional inédita, alinhando a presidência, o parlamento e as forças de segurança sob uma única diretriz conservadora. Sentindo-se militarmente cercada por bases americanas, Teerã articula sua soberania através do Eixo da Resistência, o que permitiu ao Irã projetar força e dissuasão assimétrica, mantendo os conflitos longe de seu próprio território e garantindo uma negação plausível de suas ações. E, como dito anteriormente, ainda sob severas sanções, o Irã utiliza sua tecnologia e programa nuclear como ferramentas de barganha.

A normalização diplomática mediada pela China em 2023 surge como um marco desse novo equilíbrio, mas deve ser interpretada como uma "pausa tática" em vez de uma mudança estrutural. O acordo serviu aos interesses imediatos de ambos os lados: permitiu à Arábia Saudita focar em sua agenda doméstica de desenvolvimento e ao Irã mitigar o isolamento econômico através da política de "olhar para o Leste". Contudo, as raízes ideológicas da

[19] Grupo extremista de orientação anti-xiita que retomou o poder no Afeganistão em 2021, logo após a retirada das tropas dos Estados Unidos de Cabul. Embora o governo iraniano tenha tomado medidas iniciais para tentar estabilizar as relações com o novo regime afegão, o Irã ainda não estendeu o reconhecimento diplomático formal ao governo do grupo devido à sua natureza ideológica e ao histórico de hostilidade contra as comunidades xiitas. (Rudin, 2025).

rivalidade permanecem intactas, uma vez que a insegurança ontológica de ambos os regimes exige a manutenção de um "rival" externo para estabilizar narrativas de legitimidade interna e mobilização sectária. A desconfiança mútua sobre as intenções regionais persiste, impedindo a transição para uma verdadeira comunidade de segurança cooperativa.

Em última análise, a disputa hegemônica no Golfo configura um jogo de soma zero em mutação constante. O paradoxo central da política do tempo presente na região é que, embora as potências médias busquem estabilidade para seus projetos nacionais, a corrida por armas tecnológicas, a influência sobre Estados falidos (como Iêmen e Síria) e a busca por liderança no mundo islâmico perpetuam uma insegurança coletiva. A Guerra Fria do Médio Oriente, portanto, evoluiu para um sistema sofisticado de disputa onde a paz é apenas uma ferramenta estratégica para a sobrevivência e o empoderamento das elites autocráticas no poder.

Considerações finais

As divergências entre muçulmanos sunitas e xiitas possuem raízes históricas profundas que remontam ao século VII (desde a crise sucessória desencadeada pela morte do profeta Maomé em 632), porém a rivalidade política moderna não tem milênios, ela ascendeu na Revolução Iraniana de 1979, esta que foi o verdadeiro marco para a política externa destes países. Essa mudança total de paradigmas nos permite analisar o cenário atual da seguinte maneira: o foco principal destes Estados não é apenas proteger as fronteiras físicas de um exército invasor, mas sim proteger a narrativa que justifica a própria existência destes Estados - o que seria a "segurança ontológica" que trabalhamos anteriormente. Na prática geopolítica, isto significa a sobrevivência da identidade do Estado. Ao se apoiar no wahabismo, a Arábia Saudita coloca seus reis como os verdadeiros guardiões de Meca e Medina, o que lhes da a legitimidade de governar. Após a Revolução, o Irã se estabelece como uma teocracia xiita e começa a ditar que monarquias hereditárias alinhadas ao ocidente são ilegítimas e corruptas. Trata-se não apenas de uma crítica diplomática, assim como também de uma ameça existencial - visto que se a população saudita comprasse essa ideia, a monarquia então cairia. Sendo assim, a religião se torna uma ferramenta de segurança nacional.

A análise da disputa pela hegemonia no Golfo Pérsico ao longo das últimas décadas revela um sistema geopolítico em constante mutação, onde as estruturas de poder e a agência dos líderes locais redefiniram as regras do jogo. Neste cenário, a fé é constantemente instrumentalizada e serve para mobilizar as massas em um jogo puramente geopolítico, ou seja: a divisão religiosa oferece a narrativa, mas o objetivo é puramente pragmático e visa a sobrevivência através da projeção de influência regional. O que se iniciou como uma rivalidade sectária e ideológica após a Revolução de 1979 transformou-se, na política do tempo presente, em uma competição estratégica sofisticada, na qual a busca por

soberania e desenvolvimento econômico dita o ritmo das tensões e das aproximações.

A pesquisa demonstrou que o "Eixo da Opressão" não é meramente um subproduto do fundamentalismo religioso, mas uma ferramenta de segurança ontológica. Tanto a Arábia Saudita quanto o Irã instrumentalizaram identidades — o wahhabismo e o "Crescente Xiita" — para estabilizar seus regimes internos e projetar influência externa. No entanto, a ascensão de Mohammed bin Salman e a implementação da Vision 2030 alteraram a prioridade saudita: as demandas militares deram lugar a uma necessidade pragmática de estabilidade regional para garantir a prosperidade econômica futura. Por outro lado, embora o regime iraniano enfrente isolamento, sanções, inflação e uma pressão popular, a República consolidou sua "defesa avançada" e manteve sua resiliência tecnológica, o que garantiu que o país permanecesse um concorrente à altura da primazia saudita, impedindo a consolidação de um hegemon único na região.

O reestabelecimento de laços diplomáticos em 2023, mediado pela China, marca o início de uma nova arquitetura de segurança, mas a conclusão deste estudo é de que tal movimento de fato não configurou uma mudança estrutural definitiva. A rivalidade permanece ancorada em inseguranças profundas onde a confiança mútua ainda é inexistente. O Golfo atravessa um período no qual as potências médias locais não aceitam mais o papel de meros peões do imperialismo ocidental, buscando diversificar sua diplomacia com novos centros de poder global.

Em última análise, a "Guerra Fria" inteligente do Médio Oriente é um reflexo de um sistema internacional multipolar. A transição de um estado de conflito constante para uma comunidade de segurança cooperativa dependerá da criação de mecanismos institucionais de diálogo que transcendam os caprichos das elites autocráticas. Enquanto a sobrevivência dos regimes estiver atrelada à existência de um rival, a paz no Golfo continuará sendo uma construção estratégica de tempo presente, sempre à sombra da próxima reconfiguração de poder, pois trata-se de uma rivalidade que transcende a teologia: estratégias de sobrevivência estatal, controles de rotas logísticas que valem bilhões de dólares e o preenchimento dos vácuos de poder deixados pelas superpotências do ocidente.

Mesmo com o acordo em Pequim, as divergências entre os atores e as desconfianças presentes na segurança ontológica ainda permanecem. Em outras palavras, o acordo não veio para sanar todas as questões diplomáticas entre Riade e Teerã, mas sim para funcionar como um paliativo sobre as tensões que impossibilitavam o diálogo aberto entre elas. Para o futuro, caberia às potências do Golfo priorizar uma política de boa vizinhança, reestruturando a dinâmica regional por meio de condutas como: estabelecer um diálogo preventido - institucionalizando conversas e possibilitando a abertura de canais para que esta comunicação seja frequente, em substituição ao modelo reativo atual; dessecuritização da religião, retirando-a do cálculo de segurança nacional e assumindo o compromisso pragmático de não instrumentalizar a fé sunita ou xiita, a fim

de diminuir a instigação de revoltas nas fronteiras; e, por fim, determinar medidas de transparência sobre os programas nucleares, a fim de construir confiança mútua. Ademais, ambas as economias operam sob pressões distintas, mas igualmente críticas: o Irã permanece asfixiado por sanções severas e pela perda bilionária de investimentos após a queda de aliados estratégicos na Síria; a Arábia Saudita, por sua vez, depende de trilhões de dólares para viabilizar a Vision 2030 e construir um futuro longe das dependência do petróleo. Este abismo financeiro pode ser visto como ponte para que ambas as economias definam uma via de comunicação transparente entre si, dado que a dependência das potências externas ao Golfo já não se mostra a decisão mais segura. O desespero pela sobrevivência econômica é o elo que hoje liga Riade e Teerã. Diante disso, a criação de um nível de interdependência regional energética e comercial tornaria o custo de um conflito matematicamente inviável. Embora este plano seja altamente desafiador devido a forma pela qual essas relações foram estruturadas ao longo de décadas, este seria o vislumbre de uma união econômica forçada pela beira do abismo e pelo anseio por sobrevivência. Portanto, é possível concluir que a ameaça concreta de falência mútua pode vir a ser a maior fiadora da paz que o Golfo Pérsico já viu em décadas.

Referências

ALBARASNEH, A. From Arab Spring to regional reset: Saudi-Iranian rivalry and strategic contestation in the Gulf (2011–2023). **Frontiers in Political Science**, [*S. l.*], v. 7, 2025.

ALDASSO, T. O.; SANTO, M. M. do E. A Revolução Iraniana: Rupturas e Continuidades na Política Externa do Irã. **Revista Perspectiva**: reflexões sobre a temática internacional, Espírito Santo, v. 10, n. 18, 2017.

AMRAVA, M. **The Modern Middle East – a political history since the First World War**. Berkeley: Los Angeles: University of California Press, 2005.

AZIZI, H. **The "Axis of Resistance" and the "Shiite Crescent"**: Iran's Regional Strategy in the 2020s. Berlin: SWP Research Paper, 2024. Disponível em: swp-berlin.org. Acesso em: 8 abr. 2024.

COSTA, R. A Construção Ocidental do Oriente Médio como Instrumentalização nas Relações Internacionais. **Revista Esboços**, Florianópolis, v. 21, n. 32, p. 159-181, out. 2015.

GIGA INSTITUTE. **Polarization and the Middle East**: The Saudi-Iranian Rivalry and its Regional Impact. Hamburg: GIGA Focus Middle East, 2023. Disponível em: giga-hamburg.de. Acesso em: 8 abr. 2024.

KAMRAVA, M. Structure, Agency, and Persian Gulf security: Continuity amid change. **Comparative Strategy**, [*S. l.*], v. 44, n. 1, p. 115-129, 2025.

MARQUES, F. H. de J. S. **As tensões intra-islâmicas**: a oposição entre sunitas e xiitas no contexto geopolítico do Médio Oriente. 2015. 120 f. Dissertação (Mestrado em em Ciência Política e Relações Internacionais: Segurança e Defesa) – Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, 2015.

MARTINS, F. **As Nações Unidas, a Indonésia e Timor-Leste O Cáucaso**: uma encruzilhada de tribos, impérios e nações. Évora: Universidade de Évora: CIDEHUS/UE, 2020.

MIRZA, M. N.; ABBAS, H.; QAISRANI, I. H. Structural Sources of Saudi–Iran Rivalry and Competition for the Sphere of Influence. **SAGE Open**, [*S. l.*], v. 11, n. 3, p. 1-9, jul./set. 2021.

RAUMANN, A. P.; MAROS, V. A. S. O projeto hegemônico dos Estados Unidos e as Raízes do Terrorismo: uma crítica à presença ocidental no Oriente Médio. **Revista Relações Internacionais no Mundo Atual**, [*S. l.*], v. 1, n. 21, p. 45-94, 2016.

RUDIN, N. **The Axis of Resistance**: Backgrounder. Washington: Middle East Institute, 2025.

ULRICHSEN, K. C. **As Longterm Partnership With U.S. Fades, Saudi Arabia Seeks to Diversify its Diplomacy**. Houston: Baker Institute (Rice University), 2023.

ULRICHSEN, K. C. **The Saudi-Iranian Rapprochement**: Implications for Middle East Security. Houston: Rice University, 2023. Disponível em: bakerinstitute.org. Acesso em: 8 abr. 2024.

Sobre a autora

Heloah Pereira Carvalhaes é graduada em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás – PUC/GO e mestranda em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Uberlândia – UFU. Atualmente desenvolve pesquisas nas áreas de Geopolítica, Política Externa e Estudos Decoloniais. Lattes: https://lattes.cnpq.br/5624755241761126.